

PROCESSO - A. I. Nº 298963.0043/06-0
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - COMERCIAL DE MÓVEIS RIO UNA LTDA. (FENÍCIA MÓVEIS)
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 4ª JJF nº 0048-04/08
ORIGEM - INFAZ VALENÇA
INTERNET - 05/06/2008

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0161-11/08

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. **a)** OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTOS FISCAIS. A diferença das quantidades de saídas de mercadorias, apurada mediante levantamento quantitativo de estoques, constitui comprovação suficiente da realização de operações sem emissão da documentação fiscal exigível. **b)** ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO. A diferença das quantidades de entradas de mercadorias, apurada mediante levantamento quantitativo de estoques, indica que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações também não contabilizadas. Infrações parcialmente subsistentes. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto pela 4ª Junta de Julgamento Fiscal, nos termos do art. 169, I, “a”, “1”, do RPAF/99, tendo em vista a Decisão exarada no Acórdão JJF Nº 0048-04/08, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe, o qual foi lavrado para cobrar ICMS, no valor de R\$50.114,30, acrescido da multa de 70%, em decorrência das seguintes imputações;

1. Falta de recolhimento do ICMS relativo à omissão de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e respectiva escrituração, decorrente da falta de registro de entrada de mercadorias em valor inferior ao das saídas efetivas omitidas, apurada mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício fechado, levando em conta, para cálculo do imposto, o maior valor monetário – o das saídas tributáveis - R\$21.526,96 (2004).
2. Falta de recolhimento do ICMS constatado pela apuração de diferenças, tanto de entrada, como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária – a das operações de entrada - com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, no mesmo exercício - R\$28.587,34 (2005).

O autuado apresentou impugnação tempestiva (fls. 158 a 201), alegando, inicialmente, que a empresa adota um rigoroso controle de entrada e saída de produtos em sua escrituração, o que pôde ser comprovado pela própria fiscalização, pois no período fiscalizado não constatou nenhuma nota fiscal relacionada no Sintegra, que não tivesse sido escriturada corretamente nos livros próprios.

Diz inexistir estoque inicial do exercício de 2004, conforme indicou o autuante, haja vista que a empresa só entrou em operação a partir de outubro daquele ano.

No mérito, salienta que o autuante computou, no seu levantamento, números de Notas Fiscais nºs 7401, 7540, 7950, etc., os quais, na realidade, se referem aos códigos de registros de baixas registradas no seu sistema eletrônico de processamento de dados, esclarecendo que, neste momento, está fazendo uso de Notas Fiscais de nºs 2351 a 4850, logo números inferiores aos computados pelo autuante nos seus demonstrativos. Ressalta, também, a ocorrência de um mesmo produto com denominações diferentes (254L Dako, igual ao 280L).

Acosta farta documentação à defesa, analisando cada produto e indicando diversas inconsistências no levantamento fiscal, referentes às entradas e saídas, relativas a quantidades não computadas e a respectiva nota fiscal, juntada ao processo para provar a argumentação.

Por fim, requer que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

O autuante, às fls. 1587/1588, prestou a informação fiscal de praxe, onde reconhece que são parcialmente procedentes as alegações defensivas, refazendo o levantamento quantitativo dos estoques, com base nos documentos apresentados, restando zeradas algumas omissões de produtos ao computar as quantidades consignadas nas notas fiscais apresentadas, conforme demonstrativos acostados às fls. 1589 a 1727, do que resultou omissão de saídas de R\$55.175,06 e ICMS devido de R\$9.379,77, no exercício de 2004 e, no exercício de 2005, que anteriormente havia apurado omissão de entrada, agora resultou em omissão de saídas no valor de R\$111.818,02 e ICMS devido de R\$19.009,07.

Concluiu na linha de manter a autuação, com mudança de valores em função dos documentos apresentados no momento da defesa.

O autuado, intimado para tomar conhecimento da informação fiscal, se manifestou às fls. 1731 a 1750, prestando esclarecimentos e contestando o levantamento fiscal, apontando, às fls. 1733 a 1748, diversas inconsistências nas quantidades de produtos indicados no levantamento analítico dos estoques e juntando, às fls. 1752 a 1887, as cópias das notas fiscais correspondentes para embasar sua sustentação.

Finaliza requerendo a improcedência da autuação.

Ao analisar o PAF, a Junta determinou a realização de diligência à ASTEC/CONSEF (fl. 1890), visando a apreciação tanto das alegações defensivas, como dos documentos fiscais juntados ao processo após a manifestação do contribuinte acerca da informação fiscal.

Através do Parecer nº 0182/06 (fls. 1892 e 1893), a Diligente designada assevera que, após confronto dos documentos fiscais juntados pelo autuado (fls. 1731/1748), com os demonstrativos do autuante (fls. 1594 a 1727), constatou diversas incorreções, como existência de códigos distintos para o mesmo item do levantamento quantitativo, notas fiscais não consideradas ou indevidas, estoques inicial e final dos exercícios 2004 e 2005 com equívocos, concluindo que, depois de efetuadas as retificações das quantidades nas entradas e saídas, apurou ICMS devido no importe total de R\$8.691,52 (exercícios de 2004 e 2005), conforme demonstrativo juntado à fl. 1883.

Intimados, o autuante concordou com as alterações procedidas pela ASTEC e o autuado, às fls. 1921 a 1925, afirmou que ratificava a correção de todas as situações da defesa e que a revisão feita pela ASTEC ainda continha divergências, pedindo que fosse designado um fiscal estranho ao feito para revisar o procedimento fiscal. Relacionou diversos itens para serem revistos (fls. 1915 a 1928) e juntou demonstrativo sintético (fls. 1930 a 1932), onde indica como devido o valor de R\$205,86 para o exercício de 2004 e R\$854,70 atinente ao exercício de 2005.

A JJF determinou à Diligente da ASTEC que, em nova diligência, confrontasse os documentos juntados com a manifestação do autuado e efetuasse as correções necessárias.

Em Parecer ASTEC Nº 43/07 (fls.2247 a 2252), a Diligente mantém inalterada a base de cálculo para o exercício de 2004, bem como o valor do ICMS apurado, consoante demonstrativo de fls. 1901 e 1902. Em relação ao exercício de 2005, aduz que, após o confronto da documentação juntada com a manifestação e os demonstrativos, anotou a situação por produto às fls. 2248 a 2251, acatando parte da documentação e contestando diversas outras. Afirmo que, após as retificações procedidas, de acordo com o relatado, apurou base de cálculo de R\$23.799,20 e ICMS devido de R\$4.045,86, em consonância com o demonstrativo de débito de fl. 2253.

A Inspetoria Fazendária intimou o autuado para tomar conhecimento do resultado da diligência (fl. 2255), tendo ele se manifestado às fls. 2256 a 2264.

Atesta que tendo o relator afirmado inexistir comprovação da regularidade nos estoques de diversas mercadorias, junta ao processo documentos autenticados para que seja procedida uma nova análise.

Esclarece que a nomenclatura Dako 254L é a mesma que 280L, assim como 298L é a mesma que 320L, sendo que os números 280 e 320, representam o modelo, e o 254 e 298, a capacidade líquida, conforme documentos juntados às fls. 2266 e 2267.

Apresentou relatório às fls. 2257 a 2263, por exercício e por produto, indicando diversas incorreções no levantamento fiscal.

Por fim, requereu a improcedência do Auto de Infração.

O autuante tomou conhecimento do resultado da diligência (fl. 2048) e disse que o autuado juntou os mesmos documentos anteriormente apresentados, os quais não constituem fatos novos, requerendo, portanto, a procedência da autuação, com manutenção dos valores para o ICMS apurados conforme demonstrativo de fls. 1901 e 1902, totalizando a quantia de R\$3.883,56.

A 4ª JJF decidiu converter o processo em nova diligência para que a ASTEC, através de fiscal estranho ao feito (fl. 2469), para que ele procedesse a um confronto dos documentos juntados pelo contribuinte na sua manifestação, com o demonstrativo de débito resultante da diligência anterior e fizesse os ajustes pertinentes, de acordo com o que fosse comprovado.

Por meio do Parecer ASTEC 206/07 (fls. 2464 a 2465), a Diligente esclareceu que, em atendimento ao solicitado, intimou a empresa para apresentar livros e documentos fiscais e, juntamente com o preposto do autuado, procedeu aos ajustes no demonstrativo elaborado pelo Diligente anterior, de tudo resultando os demonstrativos sintéticos e analíticos do levantamento quantitativo de estoques acostados às fls. 2466 a 2477, apontando como débito, no exercício de 2004, o valor de R\$378,14 e, no exercício de 2005, de R\$1.355,42.

Devidamente notificados, o autuante (fl. 2478) e o autuado (fl. 2479) para tomarem conhecimento do resultado da última diligência, inclusive com cópias dos demonstrativos finais aportados aos autos, não houve, dentro do prazo legal, manifestação alguma de qualquer das partes.

Ao julgar, a Junta de Julgamento Fiscal, inicialmente, relata a juntada de diversos documentos pelo autuado, apontando inconsistências contidas no levantamento quantitativo de estoque, o que foi parcialmente acatado pelo autuante, tendo o autuado, em seguida, contestado a informação fiscal, o que fez o processo ser convertido em diligência à ASTEC/CONSEF, a qual refez o levantamento fiscal, mais uma vez contestado pelo impugnante sob a afirmação de que ainda continham inconsistências. Novamente a ASTEC refez os demonstrativos, devidamente apresentados ao autuante e o autuado, que não contestaram.

Decidiu, então, a JJF que, inexistindo contestação ao resultado da última diligência procedida pela ASTEC, acatar o demonstrativo de débito juntado pela Diligente à fl. 2465 e considerar devidos os valores de R\$378,14, no exercício de 2004 e R\$1.355,42, no exercício de 2005, perfazendo um total de R\$1.733,56.

Assim, julgou pela procedência em parte do Auto de Infração, recorrendo, em obediência à legislação vigente, a uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF.

VOTO

Consoante explicitado detalhadamente no Relatório, versa este PAF sobre a infração de falta de recolhimento do ICMS relativo à omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apuradas mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias dentro dos exercícios fechados, sendo a Decisão da 4ª JJF objeto do presente Recurso de Ofício.

Assim é que, do exame atencioso da procedimentalidade, firmo posicionamento no sentido de ser a Decisão recorrida incensurável, na medida em que julgou corretamente, ou seja, em estrita consonância com a Lei, o Direito e a Justiça, resultando na Procedência Parcial do Auto de Infração.

Nesse contexto, analisados os elementos informativos existentes nos autos e evitando delongas desnecessárias, concluo ser equivocada a infração como inicialmente consignada, por se tratar de Auditoria de Estoques, com levantamento quantitativo em exercício fechado, nos períodos de 2004 e 2005, a qual, após a impugnação e manifestações do sujeito passivo, foi objeto de duas diligências fiscais efetivadas pela ASTEC, obtendo-se um novo quadro de débito (fl. 2465), decorrente dos demonstrativos sintéticos e analíticos do levantamento quantitativo de estoques acostados às fls. 2466 a 2477, onde foi reduzido o valor da increpação para ambos os exercícios, resultado este acolhido tanto pelo autuante, como pelo autuado, já que sobre ele não houve qualquer impugnação.

Logo, afigura-se irrepreensível a Decisão da JJF ao proceder a correção do levantamento de estoque efetivado pelo autuante, acolhendo, na integralidade, o resultado das diligências, reduzindo, destarte, o débito lançado no auto infracional para os valores de R\$378,14, no exercício de 2004 e R\$1.355,42, no exercício de 2005, consoante indicado no aludido demonstrativo.

Outrossim, ressalto que constam dos autos, à fl. 2498, extrato do SIGAT, confirmando ter o sujeito passivo efetuado o pagamento de parte do valor do débito objeto do presente lançamento, devendo, portanto, tal importe ser homologado.

De todo o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício advindo da 4ª JJF, ratificada a sua Decisão, por se encontrar em obediência aos ditames legais.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298963.0043/06-0**, lavrado contra **COMERCIAL DE MÓVEIS RIO UNA LTDA. (FENÍCIA MÓVEIS)**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.733,56**, acrescido da multa 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores comprovadamente pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de maio de 2008.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

VALNEI SOUSA FREIRE - RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PGE/PROFIS